

A EXPERIÊNCIA NAS PARCERIAS PÚBLICAS NA EXECUÇÃO DE PROGRAMAS E FORMAÇÃO DE EDUCADORES NAS POLÍTICAS DE EJA NO ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

Data de aceite: 02/05/2023

Francisco de Paiva Lima Neto

Secretaria Municipal de Educação de Araraquara

Eliana Alves Arxer

Universidade Federal de São Carlos

Felipe Fogaça de Paiva

Fclar- Unesp de Araraquara

José Francisco Carvalho Mazzeu

Fclar- Unesp de Araraquara

uma pesquisa bibliográfica, bem com da legislação pertinente a EJA. Constataram-se acertos e desacertos no processo histórico de implantação desse Programa no Município de Araraquara. Também nos oferece subsídio para avaliarmos os avanços, com a constatação da evolução das matrículas, concentração da procura de vaga por idade/série e região da cidade, índices de evasão e aprovação escolar, dentre outros, bem como os principais óbices, como a heterogeneidade da clientela. Os fatores que motivam a procura por EJA atualmente são diferentes dos que tradicionalmente os procurava pelo motivo de não ter acesso em idade própria. Há pessoas que o procuram pelas novas exigências do mercado de trabalho e também jovens que cumprem pena alternativa em regime de liberdade assistida.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas de EJA. Avanços no ensino. Mundo do trabalho. Parcerias Públicas para EJA.

RESUMO: A Constituição brasileira de 1988, regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional (Lei 9394/96), garante o direito àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino Fundamental e Médio, na idade própria. A cidade de Araraquara, no estado de São Paulo, desde 2001, desenvolve um Programa de Alfabetização de Adultos “Irmã Edith” (NEJA), uma escola municipal específica para EJA, a partir da análise dos apontamentos realizados no acompanhamento e coleta de dados das aulas nas classes de EJA, no primeiro semestre de 2014, realizada por bolsistas da UNESP local, acompanhado de um levantamento histórico deste programa, de

1 | INTRODUÇÃO

A educação de Jovens e Adultos no Brasil, seja em caráter formal ou não formal, sempre esteve presente na história

do Brasil. As obras de DI PIERRO; HADDAD¹ (2000) e DI PIERRO; RIBEIRO² (2001), LIMA NETO; WHITAKER³ (2010), dentre outros, nos mostram com detalhes ações voltadas para educação de jovens e adultos nas diversas épocas da História do Brasil. No período colonial, objetivando a catequização dos povos nativos, os jesuítas foram os pioneiros em realizar uma ação educativa com jovens e adultos. Essa primeira experiência finaliza em 1759, quando as políticas do Marquês de Pombal, inspiradas nos ideias iluministas, põe fim ao trabalho educativo no Brasil, desenvolvido via religião católica. Após a Independência, na primeira constituição brasileira (1824), observamos a garantia do direito de educação dos adultos. Embora essa sinalização do texto legal, na prática, pouco ou quase nada foi realizado neste sentido. No final do Império a população brasileira ainda possuía 82% de sua população analfabeta. Na primeira constituição republicana (1891), por conta do federalismo, a responsabilidade do ensino básico foi descentralizada, sendo as províncias e municípios responsáveis por esta tarefa. O censo de 1920, realizado 30 anos após o estabelecimento da República, indicou que 72% da população acima de cinco anos permanência analfabeta. No período Vargas observamos alguns avanços, com por exemplo a criação do INEP, em 1938, e a institucionalização do Fundo Nacional do Ensino Primário, em 1942. E, em 1947, foi criado o SEA (Serviço de Educação de Adultos). Nessa época também, paralelamente a ação do poder público, a Igreja Católica cria o Movimento de Educação de Base. Outros movimentos também ocorrem nesse sentido, como o Movimento de Cultura Popular, os Centros de Cultura Popular e, em 1964 o Ministério da Educação, sob a inspiração do professor Paulo Freire, lança o Programa Nacional de Alfabetização de Adultos. Em 1967 foi criado o MOBRAL e em 1971 ocorre a implantação do Ensino Supletivo com a promulgação da Lei Federal 5.692, que reformulou as diretrizes de ensino de primeiro e segundo graus.

Nesse pequeno relato histórico introdutório observamos que a prática de ação educativa em relação aos jovens e adultos, seja por iniciativa do poder público ou por outras iniciativas, sempre estiveram presentes, porém, nenhum feito no terreno institucional foi mais importante para a educação de jovens adultos do que a conquista do direito universal ao ensino fundamental público e gratuito, independente da idade, consagrado no Artigo 208 da Constituição de 1988⁴, e regulamentado pela nova LDB 9.394⁵, aprovada pelo Congresso Nacional em fins de 1996. Essa legislação faz com que o dever da inclusão de Jovens e Adultos na educação seja um dever do Estado⁶.

Observamos na História da Educação no Brasil que houve diversas ações educativas, bem como legislação para estabelecer diretrizes para as políticas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil, incluindo o combate ao analfabetismo. Essa constatação não pode desconsiderar que a legislação desprovida de recursos suficientes destinados pelo Estado para que a meta de atendimento universal deste público específico, não é suficiente. Esta talvez seja a razão pela qual houve espaço para ações de entidades privadas (seja de caráter confessional, ou de associações privadas não governamentais)

atuarem paralelamente nas políticas de EJA.

No caso específico do Município de Araraquara, até o ano de 1998, a Secretaria Municipal de Educação oferecia somente a Educação Infantil (Creche e pré-escola), deixando para o Estado o atendimento da totalidade do Ensino Fundamental e Médio, inclusive EJA. Com a Lei Municipal nº 4938/97(7), que legaliza e institui o processo de Municipalização do Ensino Fundamental em Araraquara, as escolas Estaduais Rafael de Medina, Olga Ferreira Campos e Hermínio Pagoto passam a ser geridas pelo Município. Esse fato faz com que o Município que outrora atuava somente na Educação Infantil, paulatinamente passe a atuar no Ensino Fundamental, ampliando sua rede de Ensino, quer pelo processo de municipalização do Ensino Fundamental, pelo instrumento de celebração de convênio com a Secretaria de Estado de Educação do Estado de São Paulo, assumindo a gestão de escolas outrora estaduais, quer pela construção de novas escolas através da utilização dos recursos financeiros do FUNDEF, hoje FUNDEB(8). Essa nova realidade faz também que o Município inicia a atuação nas quatro primeiras séries do ensino Fundamental, inclusive com oito classes de EJA.

Além da atuação do Município em EJA-Ensino Fundamental, observam-se ações paralelas de outras entidades de caráter privado, como o SESI, com seu programa de alfabetização e TELECURSO, dentre outros. É imprescindível fazer menção a atuação de uma Organização Não Governamental, denominada PROEJA(9), marcada pelo trabalho voluntário, baseado na Lei Federal 9608/98 (10), em um projeto educativo de alfabetização de adultos, de caráter popular, com o objetivo da erradicação do analfabetismo no Município, na primeira década deste milênio. Observa-se então, até o ano de 2001 que não houve uma ação conjunta entre o poder público com outras entidades que tinham o mesmo objetivo. Após 2001, através da assinatura de um convênio entre Prefeitura Municipal de Araraquara e PROEJA, houve uma divisão de tarefas. A Prefeitura, através de sua Secretaria Municipal de Educação continuou atuar na Modalidade de EJA-Ensino Fundamental e, em 2007, cria uma escola específica para isso – O Núcleo de Educação de Jovens e Adultos (NEJA).

1.1 Objetivos

Neste trabalho analisaremos tanto os resultados da ação conjunta entre uma Universidade Pública (UNESP de Araraquara) e a Secretaria Municipal de Educação de Araraquara, com a finalidade de formação de professores de EJA, através do Programa PIBID(11) como também a parceria da Prefeitura Municipal de Araraquara e FUNDUNESP¹², com a finalidade de formação pedagógica dos bolsistas alfabetizadores do PROGRAMA MOVA-ARARAQUARA (vinculado ao programa do MEC – Brasil Alfabetizado).

A análise do Programa MOVA se dará através dos dados coletados no Programa Brasil Alfabetizado em Araraquara. Os dados do Programa PIBID-EJA foram coletados diretamente na secretaria da EMEF NEJA “Irmã Edith”, local aonde os bolsistas do Programa

PIBID atuam. Após a coleta serão elencados os obstáculos para o desenvolvimento deste Programa bem como as possibilidades de avanço.

1.2 Metodologia

Adotamos uma combinação dos métodos de pesquisa quantitativa e qualitativa, os quais forneceram subsídios para a análise dos dados obtidos na secretaria da escola, e também através de apontamentos e relatórios das aulas acompanhadas nas classes de EJA durante o primeiro semestre de 2014, coletados na participação do Programa PIBID-EJA, no Núcleo de Educação de Jovens e Adultos (NEJA) –“Irmã Edith”, em Araraquara. Após essa coleta, os dados foram interpretados e comparados com os do ano de 2013, observando os acertos e desacertos no processo histórico de implantação desse Programa. Nessa análise interpretativa procuramos confrontar a realidade percebida com as propostas sinalizadas nas diretrizes estabelecidas na legislação em vigor, específica sobre EJA, e o desenvolvimento da proposta pedagógica.

2 | RESULTADO DOS DADOS QUANTITATIVOS

2.1 Gráficos referentes aos dados de EJA

Sintetizamos os dados quantitativos pesquisados, os quais nos apontaram a evolução do número de matriculados, aprovados, reprovados por rendimento, reprovados por frequência, transferência e evasão. Esses dados constam nos gráficos abaixo.



Gráfico 1. Número de matrículas entre os anos de 2013 e 2014

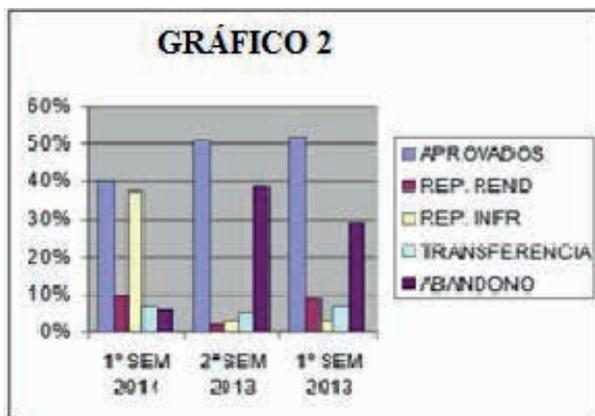


Gráfico 2. Estatística de conclusão de curso para os anos de 2013 e 2014

2.2 Considerações sobre os gráficos

A) AVANÇOS:

a) houve aumento do número de matriculados em 2014, tanto no primeiro semestre como no segundo, mostrando que há uma crescente procura de alunos que retornam a vida acadêmica através de EJA.

b) houve uma diminuição significativa do número de evadidos no primeiro semestre de 2014 se comparado com os dois semestres de 2013. Pode-se levantar como hipótese o fato de coincidir com o início da parceria da escola com o PIBID.

B) OBSTÁCULOS:

a) observa-se uma alternância de percentuais de reprovações por rendimento, sendo que nos primeiros semestres de 2013 e 2014 os índices foram maiores que no segundo semestre de 2013,

b) houve um aumento significativo de infrequentes no primeiro semestre de 2014 em relação aos dois semestres de 2013,

c) houve uma diminuição de percentual de aprovados no primeiro semestre de 2014 em relação aos dois semestres de 2013.

Também são elencados os obstáculos nas análises qualitativas ao se observar a heterogeneidade da clientela demonstrada nos dados coletados sobre a origem dos alunos, onde se constatou que a procura de matrícula para a EJA não é mais restrita aos adultos que não tiveram acesso em idade própria, mas há um público diversificado, tanto na faixa-etária, como no fator motivador de procurar por EJA, podendo variar de adultos que foram pressionados pelo mercado de trabalho a aumentar a escolarização, até jovens que cumprem pena alternativa em regime de liberdade assistida.

Concluimos que há uma tendência crescente de se procurar EJA no município de

Araraquara, principalmente para as séries finais, e há um avanço nas ações que estimulam a permanência do aluno na escola e a diminuição da evasão, no entanto, é preciso repensar a política pedagógica para diminuir a reprovação, quer por infrequência e evasão, quer por aproveitamento, e oferecer metodologias diversificadas para atender a um público que já não é somente o adulto fora da idade/série que retorna a vida escolar.

2.3 Tabela referente aos alunos aprovados no âmbito do programa mova e Brasil alfabetizado de 2008 à 2011

Na tabela abaixo consta o número de matriculados, quantidade de salas e total de aprovados no Programa MOVA-ARARAQUARA (vinculado ao programa do MEC – Brasil Alfabetizado), do ano de 2008 até 2011.

ANO	MATRICULADOS	QTDE SALAS	TOTAL DE APROVADOS
2011	427	35	173
2010	381	31	195
2009	349	25	54
2008	441	31	23

2.4 Considerações sobre a tabela:

a) Como se pode perceber, ocorre um “salto” no total de aprovados em 2010 em relação aos anos anteriores, assim como uma elevação no número de adultos matriculados no programa, que vinha em ritmo descendente.

b) Observamos que entre os anos 2007 a 2013 (ciclos 2008 a 2012) foram matriculados 1993 alunos, porém foram alfabetizados somente 445, equivalendo a 22,3% dos matriculados, mobilizando em média 30 alfabetizadores e 4 coordenadores por ano. Vale ressaltar que os bolsistas que atuam como professores alfabetizadores no ciclo 2012 têm idade entre 21 e 60 anos e a maioria possui ensino superior.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 2010 (Ciclo 2009), a Prefeitura Municipal de Araraquara faz uma parceria com a FCL/UNESP/Araraquara por intermédio da FUNDUNESP com o objetivo de realizar a formação inicial e continuada dos alfabetizadores e coordenadores do Programa MOVA-Araraquara, em parceria com o Programa BRASIL ALFABETIZADO do MEC.. Por meio dessa parceria tem sido feito um trabalho de formação que engloba tanto a formação inicial, realizada através de um planejamento semestral, quanto à formação continuada,

que ocorre por meio de encontros periódicos (geralmente mensais) e visitas às salas de aula. Essa parceria pode ser explicada como o fator positivo que ajudou a proporcionar uma formação melhor ao bolsista alfabetizador deste Programa, revertendo os resultados negativos observados até então.

Não obstante, analisando os números, podemos concluir que matematicamente seria preciso alfabetizar em média 1000 adultos/ano para que em 6 anos se “erradique” totalmente o analfabetismo em Araraquara. Essa meta não seria factível já que uma parte desses analfabetos pode não ter condições ou interesse em estudar (por razões de saúde ou outras, sobretudo pela falta de necessidade concreta de saber ler e escrever). No entanto, uma redução de 50% no número de analfabetos já seria um resultado extremamente relevante socialmente. Se observarmos a média dos últimos anos, vemos que o número de pessoas que saem alfabetizados deste programa é aproximadamente 1/4 dos matriculados/ano. Isso nos mostra que há a necessidade de matricular 2 mil alunos/ano, ou seja, aumentar aproximadamente de 30 para 140 classes/ano, levando em consideração que o fator mortalidade, migração e analfabetos funcionais que o sistema de progressão continuada da rede está nos legando não sejam contabilizados.

Em 2013, a Prefeitura de Araraquara, através de sua Secretaria Municipal de Educação disponibiliza duas escolas (dentre elas o NEJA, já mencionada neste trabalho) para participar em parceria com a UNESP local do Programa PIBID-EJA. Os gráficos apresentados na seção 2.1 deste trabalho nos mostra que, embora haja inúmeros óbices, a parceria proporcionou resultados significativos no que tange a elaboração de um diagnóstico com padrões científicos o qual foi usado para reorientação de ações com a finalidade de melhoria de resultados.

Essas duas experiências nos faz concluir que as parcerias entre poder público e Universidades, através de seus programas de formação, ajudam a melhorar a qualidade no ensino bem com a gestão de suas políticas educacionais.

Se haverá financiamento e estrutura para a continuidade dessas parcerias não sabemos. No entanto avaliamos positivamente o resultado do processo histórico que culminou no estabelecimento de parcerias entre poder público, universidade e ONG para ações conjuntas. Essas ações devem continuar a ser orientadas em função de dados estatísticos e de recursos de formação que a ciências da educação nos oferecem. Vale observar que o combate ao analfabetismo e o avanço nas políticas de EJA não devem ocorrer somente pelo voluntarismo de entidades filantrópicas, assistências e religiosas, sem a racionalidade científica que é a “bússola” norteadora de ações. Afinal, o analfabetismo e a baixa escolaridade é um problema da área educacional, mas também é o resultado do desenvolvimento econômico de uma região, assim como reverte sobre esse desenvolvimento, potencializando esse processo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Texto promulgado em 05 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 2013. p. 35. Disponível em: http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.pdf > Acesso em: 14 de outubro de 2014.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB Lei nº 9394/96. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 14 de outubro de 2014. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ARARAQUARA, SP – arquivos dos Programas EJA e MOVA-ARARAQUARA, e BRASIL ALFABERIZADO de 2001 à 2013.

DI PIERRO, M. C.; HADDAD, S., Escolarização de Jovens e Adultos, extraído do site: http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/rbde14/rbde14_08_serjio_haddad_e_maria_clara_di_pierro.pdf, acesso em 10/10/2014.

DI PIERRO, M.C.; RIBEIRO, V. M., Visões da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, extraído do site: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5541.pdf>, acesso em 10/10/2014.

LIMA NETO e WHITAKER, “Crer, aprender e sentir: o tripé estratégico para transmissão de visão de mundo do casal Kalley, na inserção do protestantismo no Brasil no século XIX”.

Tese apresentado ao Programa de Pós Graduação em Educação Escolar da Fclar UNESP em 2010, disponível em: http://portal.fclar.unesp.br/poseduesc/teses/Francisco_Paiva_Lima_Neto.pdf, acesso em 15/01/2015.

Planos de Formação Inicial e Continuada apresentado pela FUNDUNESP para o Programa BRASIL ALFABERIZADO em Araraquara de 2010 a 2013.

PROEJA – Projeto de Educação de Jovens e Adultos de Araraquara, consulta aos arquivos dos projetos de alfabetização de adultos de 1998 a 2013.

Relatório de Formação do Programa BRASIL ALFABETIZADO em Araraquara de 2010 a 2013.

NOTAS

1- DI PIERRO, M. C.; HADDAD, S., Escolarização de Jovens e Adultos, extraído do site: http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/rbde14/rbde14_08_serjio_haddad_e_maria_clara_di_pierro.pdf, acesso em 10/10/2014.

2- DI PIRRO, M.C.; RIBEIRO, V.M., Visões da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, extraído do site: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5541.pdf>, acesso em 10/10/2014.

3- LIMA NETO e WHITAKER, “Crer, aprender e sentir: o tripé estratégico para transmissão de visão de mundo do casal Kalley, na inserção do protestantismo no Brasil no século XIX”. Tese apresentado ao Programa de Pós Graduação em Educação Escolar da Fclar UNESP em 2010. Disponível em: http://portal.fclar.unesp.br/poseduesc/teses/Francisco_Paiva_Lima_Neto.pdf, acesso em 15/01/2015.

4 - BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Texto promulgado em 05 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 2013. p. 35. Disponível em: http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.pdf - Acesso em: 14 de outubro de 2014.

5 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB Lei nº 9394/96. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 14 de outubro de 2014.

6 - Constituição da República Federativa do Brasil, Capítulo III, Seção I, Art. 208 “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I- ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria” (BRASIL, 2014, p.35) e Art. 214 “A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do poder público que conduzam à: I- erradicação do analfabetismo; (...)” (BRASIL, 2014, p.35).

7 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ARARAQUARA, SP – arquivos dos Programas EJA e MOVA- ARARAQUARA, e BRASIL ALFABETIZADO de 2001 à 2013.

8 - Conforme página específica do site oficial do Ministério da Educação e Cultura (MEC): “O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) foi criado pela Emenda Constitucional nº 53/2006 e regulamentado pela Lei nº 11.494/2007 e pelo Decreto nº 6.253/2007, em substituição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), que vigorou de 1998 a 2006”. Extraído do site: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=12407, acesso em 10/04/2014.

9 - PROEJA, ou Projeto de Educação de Adultos e Jovens de Araraquara é uma Organização Não Governamental fundada em 1998 por iniciativa de uma freira franciscana, com o objetivo de desenvolver ações para a erradicação do analfabetismo no Município.

10 - Lei Federal que regulamenta o trabalho do voluntariado. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9608compilado.htm. Acesso em 14/01.2015.

11 - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência. Conforme definido pela página oficial do site do Ministério da Educação e Cultura (MEC), a “a intenção do programa é unir as secretarias estaduais e municipais de educação e as universidades públicas, a favor da melhoria do ensino nas escolas públicas em que o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica[...].” Extraído do site: http://mecsrv125.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=233&Itemid=467, acesso em 10/04/2014.

12 - A FUNDUNESP é uma fundação de apoio à Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.